

# Economistas acreditam em recessão

Sílvio Ribas  
de Florianópolis

O pacote de ajuste fiscal continua repleto de mistérios. Mas uma coisa é tida por certa: a carga tributária será elevada acima dos atuais 28% sobre o PIB e haverá recessão pelo menos até o primeiro semestre de 1999. Nesses pontos concordam dois economistas com simpatias opostas em relação ao governo: Gustavo Loyola, consultor e ex-presidente do Banco Central (BC), e Paulo Nogueira Batista, professor da Fundação Getúlio Vargas -SP.

Em debate realizado ontem, em Florianópolis, durante a Convenção Nacional dos Dirigentes Lojistas, eles convergiram também sobre o risco do esforço de arrecadação incidir apenas sobre setores da sociedade já penalizados, considerando declarações do próprio presidente da República, como a de tornar permanente a CPMF e aumentar sua alíquota. Na opinião deles, impostos indiretos e de efeito cascata seriam recessivos, além de arrecadar menos. “Nesse ponto, o imposto de

renda é melhor”, avisa Loyola.

Ambos acreditam que a entrada em cena do Fundo Monetário Internacional (FMI) e, por tabela, de outros organismos multilaterais de financiamento servirá apenas para substituir provisoriamente o “voluntário” capital privado externo e amenizar a desconfiança internacional que sofre o País, calçada nos elevados passivos do setor público: R\$ 303 bilhões em títulos públicos, sendo 62% com taxas de juros overnight. As fontes externas — mesmo sem se saber qual será o percentual oferecido pelo FMI para desembolso imediato — se somariam a apenas mais outra: os investimentos diretos.

“Estávamos só comprando com dinheiro volátil o tempo para realizar as reformas constitucionais. Sem poder contar com este financiamento, não dá mais para adia-las”, diz Loyolla. Para ele, a “oportunidade

gerada pela crise” poderá representar também a “virada”, permitindo com a redução do déficit para pelo menos a metade dos 8% do PIB em 1998 uma rápida queda das taxas de juros e a retomada do crescimento na sequência. Batista acha, contudo, que o perfil geral de endividamento da máquina pública torna difícil qualquer ajuste à medida que, com o patamar de juros, a recessão também inibe o esforço arrecadador. Na sua opinião, a garantia política dos recursos do FMI esbarra hoje no

âmbito doméstico dos países mais industrializados, onde as sociedades não mais vêm com bons olhos ajudas internacionais desta natureza.

As diferenças de Loyola e Batista ficaram por conta das receitas para superar a crise atual. O professor da FGV defendeu a “marcha-ré na abertura comercial para defender divisas”, com maior controle sobre

viagens internacionais e disciplinas sobre as importações, e o fortalecimento do Estado, particularmente nos aparelhos diretamente envolvidos com a busca do equilíbrio fiscal: o BC e a Receita Federal. O protecionismo econômico como forma de evitar-se a concentração do setor varejista também dominou os discursos de lideranças no evento que reúne 3,5 mil lojistas na capital catariense. Loyola defendeu o combate a privilégios, como os da Previdência, na sua avaliação, o principal fator de déficit público.

Em uma perspectiva mais pessimista, caso o acordo com o FMI não seja cumprido, Batista vê consequências naturais: atrasos nos pagamentos internos e externos, centralização do câmbio e reescalonamento de débitos. Ele acha até que tal cenário já possa ser discutido, inclusive com os credores afetados por ela. Loyolla reconhece tais medidas como as únicas possíveis em um eventual “debacle”. Mas acredita no sucesso do esforço de “troca da política monetária pela cambial”.

**Para eles, IR é melhor opção porque impostos indiretos e de efeito cascata são recessivos, além de arrecadar menos**